NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

Desembargador Federal do TFR da 5a. Região Professor de Processo Civil da Faculadade de Direito do Recife/UFPE

DOIS ESTUDOS DE PROCESSO

A GARANTIA DO SIGILO BANCÁRIO EM FACE DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL PENAL

DA JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL NOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA



FICHA CATALOGRÁFICA

M187d Maia Filho, Napoleão Nunes

Dois estudos de processo: a garantia do sigilo bancário em face da instrução processual penal / Da justa causa para a ação penal nos crimes contra a ordem tributária / Napoleão Nunes Maia Filho, Fortaleza: UFC / Casa de José de Alencar, 2002. (Coleção Alagadiço Novo, 304).

127p.

1. Sigilo bancário - Processo penal. 2. Sigilo bancário - Direito brasileiro. 3. Ordem tributária - Ação penal. I. Título.

CDD. 347.734

SUMÁRIO

PF	RÓLOGO	11
ΑF	PRESENTAÇÃO Professor Ridaldo Costa, Desembargador Federal do TRF da 5ª Região	17
	ESTUDO I	
	A GARANTIA DO SIGILO BANCÁRIO EM FACE DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL PENAL	
1	INTRODUÇÃO	23
	BREVE NOTÍCIA HISTÓRICA DO SEGREDO GUARDADO PELOS BANCOS	26 27 27 28 30 31
3	SISTEMAS-PADRÃO DE SIGILO BANCÁRIO	36 37

STJ00119802

4	HISTÓRICO, CONCEITO E PERFIL CONSTITUCIONA	AL
	DO SIGILO BANCÁRIO NO DIREITO BRASILEIRO	39
	4.1 O Código Comercial de 1850	39
	4.2 O Código Penal de 1890	40
	4.3 O Código Civil de 1916	40
	4.4 A Consolidação das Leis Penais de 1932	41
	4.5 O Código Penal de 1940	
	4.6 O Código de Processo Penal de 1941	42
	4.7 O Código de Processo Civil de 1939	
	4.8 O Código de Processo Civil de 1973	43
	4.9 A Lei Básica do Sistema Financeiro de 1964	44
	4.10 O Código Tributário Nacional de 1964	45
5	CONFORMAÇÃO DO SIGILO BANCÁRIO BRASILEIR	۰۵۰
J	EXEGESE DO ART. 5º, X E XII DA CARTA MAGNA	w.
	DE 1988	1Ω
	5.1 A base constitucional	
	5.2 Sentido restritivo das exceções	
	A) Quanto à finalidade	
	B) Quanto à autorização	
	C) Quanto aos limites	
	D) Quanto à situação objetiva	
	·	JZ
6	O SIGILO BANCÁRIO	
	EM FACE DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL PENAL	
	6.1 Competência do juízo criminal processante	
	6.2 Fundamentação da decisão judicial	55
7	CAUTELAS JUDICIAIS EXIGÍVEIS NA DECISÃO	
	DE EXCEPCIONAMENTO DO SIGILO BANCÁRIO	57
	7.1 Completude	
	7.2 Dialeticidade	
	7.3 Correspondência	
	7.4 Consonância	
	7.5 Explicitude	
D1		

ESTUDO II

DA JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL NOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

1	INTRODUÇÃO	69
2	LIMITES AO PODER DE DENUNCIAR:	
2		71
	EXEGESE DOS ARTS. 41 E 43 DO CPP	
	2.1 Exposição cicunstanciada do fato	
	2.2 Imputação	
	2.3 Valoração da plausibilidade	7 8
	2.4 Difusão do conceito de justa causa	81
3	À CATA DO CONTEÚDO JURÍDICO	
	DA EXPRESSÃO JUSTA CAUSA	84
	3.1 No Direito Civil	
	3.2 No Direito do Trabalho	
	3.3 No Direito Processual Civil	
	3.4 No Direito Administrativo Sancionador	87
	3.5 No Direito Penal	
	3.6 No Direito Processual Penal	
4	A APURAÇÃO DA MATERIALIDADE	
*	DOS CRIMES QUE DEIXAM VESTÍGIOS	വ
	<u> </u>	92
	4.1 O exame de Corpo de Delito	00
	e a materialidade dos crimes em geral	92
	4.2 A apuração da materialidade	
	dos crimes contra a ordem tributária	95
BI	IBLIOGRAFIA 1	08